

NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA NA AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA
ZONA DA MATA (MG).

Qualification of Rural Workers at the Subsistence Level
Zona da Mata (MG).

Flávio Augusto da Costa Quintana*, Evonir B. de Oliveira** e Túlio
Barbosa**.

RESUMO

A modernização do setor agrícola, através de tecnologias mais avançadas, tem implicado, em muitas situações, em liberação de mão-de-obra e, em outras, na criação dos chamados grupos de pobreza rural.

É indispensável, portanto, para esse grupo populacional, estudos sobre sua qualificação, objetivando verificar se os programas institucionais, para o setor, são passíveis de utilização por esse tipo de produtor e, se for o caso, quais as adequações e reformulações necessárias.

No presente estudo verificou-se, para a Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, como parte de uma pesquisa global financiada pela EMBRAPA, o nível de qualificação dos produtores rurais de baixa renda e suas expectativas, quanto às possibilidades de emprego adicional não agrícola e agrícola.

Adotou-se a análise tabular e os resultados obtidos mostram tratar-se de um grupo cuja mão-de-obra não é suficientemente qualificada. Esses resultados sugerem o desenvolvimento de programas específicos para esse grupo populacional, principalmente aqueles vinculados à pesquisa agropecuária, extensão e crédito rural.

SUMMARY

With the modernization of the agricultural sector through technological advances, two implications have developed: the decreasing demand for and consequent exodus of the traditionally large, rural labor force, and the creation, by those remaining, of the new "rural poor".

It is necessary that studies be carried out concerning the ability

* Professor Colaborador do Departamento de Ensino Agrícola e Extensão Rural - UFSM.

** Professor Ph.D. do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa, MG.

ties and capacities of this unemployed and underemployed rural population by analyzing and discovering if current institutional programs are meeting the current needs and demands.

This study, one parte of an EMBRAPA funded research project, of agricultural workers in the micro-region "Zona da Mata" - Minas Gerais concerns the labor qualifications of low income rural workers and their perspectives for additional further employment, be it agriculture or non-agriculture related.

It is concluded, from this study, that specific programs need to be developed for the rural working class, particularly programs related to agricultural research, crop production, animal raising, agricultural extension and rural credit.

INTRODUÇÃO

Um aspecto que tem merecido discussões, por parte dos economistas, pois vincula-se diretamente ao processo de desenvolvimento econômico, é o da alocação e combinação dos fatores de produção. A posição básica é a de que esses fatores sejam alocados, em setores da economia, onde sua produtividade seja a maior possível. A redução do subemprego de um fator e sua transferência para outro setor da economia pode, desta forma, se constituir em uma alternativa para acelerar o desenvolvimento.

Um dos fatores de produção, de bastante significado, em áreas em desenvolvimento, é a mão-de-obra, principalmente, a rural. A modernização do setor agrícola dessas áreas, através de tecnologias mais avançadas, tem implicado, em muitas situações, em liberação de mão-de-obra e, em outras situações, na marginalização de determinados grupos, convencionalmente denominados "grupos de pobreza rural" (3).

Caracteriza-se, desta forma, a ocorrência de um problema. A mão-de-obra, não qualificada, liberada pela modernização do setor agrícola, não é absorvida pelo setor industrial, baseado em uma política de substituição de importações, incapaz de gerar o volume de empregos necessários. Outro grupo, que permanece no meio rural, constituído de pequenos proprietários, parceiros e assalariados em função de sua qualificação, dos preços de produtos e fatores, sistema de posse da terra e tamanho da propriedade, não é atingido pelos programas desenvolvimentistas, tais como a "Revolução Verde", sobrevivendo, em consequência, o dualismo tecnológico e subemprego, como melhor alternativa, da mão-de-obra.

Para esse grupo de população rural criou-se um problema de "extensão e disponibilidade" de oportunidades econômicas e, também um problema de qualificação, ou seja, de tornar as oportunidades econô

micas, uma vez criadas, possíveis de serem usufruídas pela população (3).

Estudos, efetivados no Brasil, por CARVALHO (1), YOUMANS (11), PANAGIDES (7) e QUINTANA (8), preocuparam em determinar a produtividade marginal da mão-de-obra rural e sugerir, no caso de ocorrer subemprego, realocação dessa mão-de-obra no próprio setor, de forma inter regional, ou em outros setores da economia.

É indispensável, entretanto, que estudos sobre a produtividade da mão-de-obra rural e sua melhor realocação verifiquem aspectos vinculados com a qualificação desses produtores rurais, as relações com o sistema de posse da terra e as oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho da própria região.

Esse conjunto de informações, sobre qualificação de mão-de-obra, poderá contribuir de forma decisiva para subsidiar políticas quanto ao melhor aproveitamento de recursos na economia.

Algumas instituições de prestação de serviços, como o Sistema de Extensão e Crédito Rural, Assistência Técnica e Social, terão, nessas informações, elementos que possibilitem orientar suas diretrizes de trabalho e, o que é mais importante, elaborarem planos integrados.

Uma região que vem sendo objeto de preocupação dessa natureza é a Zona da Mata do Estado de Minas Gerais. A Zona vem experimentando excessiva fragmentação das propriedades agrícolas e perdendo sua posição de relevo na atividade cafeeira. A força de trabalho é de baixa qualificação, com dificuldades de adaptação às modernas necessidades tecnológicas (10), o que dificulta sua mobilidade no mercado de trabalho.

O estudo proposto, para a Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, tem como objetivo geral, analisar qualitativamente a mão-de-obra familiar em pequenas propriedades agrícolas e, mais especificamente: a) identificar, segundo o sistema de posse da terra, a qualificação dos produtores rurais; b) verificar, segundo o sistema de posse da terra, quais as atividades adicionais procuradas pelos produtores e, segundo opiniões desses produtores, quais as perspectivas oferecidas pelo mercado de trabalho.

MATERIAL E MÉTODOS

Aspectos Gerais da Zona da Mata - Limitando-se com o Estado do Espírito Santo e Rio de Janeiro e localizada a sudeste do Estado de Minas Gerais, a formação e evolução sócio-econômica da Zona está intimamente ligada a da própria ocupação do território mineiro.

Uma agricultura de subsistência, incipiente e predatória, no início do século XVIII, foi estabelecida como atividade periférica, tendo em vista o atendimento à população mineradora, atividade básica

do Estado e cujos retornos a tornaram atraente (10).

Exauridas as possibilidades de uma economia extrativa mineral, caracterizada por um declínio de produtividade, como alternativa, o processo de ocupação territorial, teve continuidade através da interiorização da exploração pecuária e, em 1830, aproximadamente, pelo surgimento das primeiras plantações de café.

A expansão da cafeicultura, caracterizando a efetiva ocupação física da Zona da Mata, implicou, em função do mercado criado por essa atividade, no surgimento de indústrias têxteis e de laticínios.

Paralelamente, além do café, outras atividades, agora consideradas tradicionais na região, foram implantadas: milho, cana-de-açúcar, fumo, arroz, feijão, pecuária, suinocultura e avicultura.

Área e População - Com uma área de, aproximadamente 34.500 Km², constituída, para efeito de regionalização, por 8 (oito) micro-regiões e 138 municípios, observa-se na Zona da Mata uma grande variação dos dados demográficos entre as micro-regiões.

Em 1950, para o conjunto da Zona, a população total era da ordem de 1.283.000 habitantes. Esta população elevou-se, nos decênios 50/60 e 60/70, para 1.523.000 e 1.739.700 habitantes, respectivamente, o que corresponde a um acréscimo percentual, para os períodos considerados, de 18,7% e 2,7% respectivamente.

A população rural, em 1970, correspondia a 50,36% da população total, concentrando-se mais ao norte da Zona, em contraste com uma concentração mais urbana, ao sul, nas vizinhanças de Juiz de Fora, polo industrial da região (Tabela 1).

A força de trabalho dedicada à agricultura, sofreu, no período 60/67, segundo estimativas constantes no "Diagnóstico Econômico da Zona da Mata de Minas Gerais", um decréscimo de 90% (10).

Dos 621.755 residentes rurais, em 1967, cerca de 52% estavam localizados em propriedades com menos de 50 ha de área. Cerca de 27% dos residentes rurais eram constituídos de menores, sendo que, aproximadamente, 50% destes menores estavam localizados em propriedades com menos de 50 ha. Finalmente, de uma força de trabalho constituída de, aproximadamente, 250.000 pessoas, 53% estavam concentradas em propriedades com menos de 50 ha de área.

Estrutura Fundiária - Dados cadastrais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) permitem visualizar a situação fundiária da Zona, em 1974 (Tabela 2).

Estes dados revelam que 80% das empresas rurais ocupam, apenas, 28% da área total. Paralelamente, consequência dos altos preços da aquisição de áreas, da falta de alternativas para ocupação da mão-de-obra excedente, pelo setor não agrícola, parte da população rural, na tentativa de sobreviver, obriga-se a aceitar a parceria agrí

Tabela 1. População Total, Urbana e Rural, por Micro-regiões. Zona da Mata de Minas Gerais, 1950, 1960 e 1970 (1.000 habitantes).

MICRO-REGIÕES	TOTAL						URBANA			RURAL		
	1950		1960		1970		1950	1960	1970	1950	1960	1970
	1950	1960	1950	1960	1950	1960	1950	1960	1950	1960	1970	
188 Ponte Nova	192,00	251,7	233,9	45,6	88,7	81,1	146,4	163,0	152,8			
180 Caparaó	171,8	216,2	190,2	28,8	53,0	58,5	143,0	163,3	131,7			
192 Viçosa	159,6	195,7	194,5	27,9	41,0	53,5	131,7	154,7	141,0			
193 Muriaé	150,2	173,7	169,2	39,1	66,5	82,2	111,1	107,2	87,0			
196 Ubá	175,8	192,4	197,7	49,2	68,0	88,9	126,6	124,4	108,8			
200 Juiz de Fora	280,3	358,7	435,5	138,2	206,2	322,6	142,1	152,5	112,9			
201 Cataguases	153,5	196,6	179,8	56,2	108,9	107,9	97,3	87,7	71,9			
Zona da Mata	1.283,2	1.558,1	1.600,1	385,0	602,3	794,7	808,2	955,8	806,1			

Fonte: (5)

Tabela 2. Estrutura Fundiária, Zona da Mata, Minas Gerais, 1974.

ESTRATOS (ha)	ÁREA OCUPADA		NÚMERO DE IMÓVEIS	
	Simples (%)	Acumulada (%)	Simples (%)	Acumulada (%)
atê 10	4,2	4,2	39,8	39,8
10 a 50	23,7	27,9	39,9	79,7
50 a 200	39,3	67,2	17,0	96,7
200 a 500	19,8	87,0	2,7	99,4
mais de 500	13,0	100,0	0,6	100,0

Fonte: (3)

cola. Esta situação é válida, também para os pequenos produtores rurais que, na impossibilidade de acesso a recursos financeiros, encontram, na parceria e às vezes no próprio arrendamento, uma forma de aumento ou mesmo obtenção de renda (3).

Admitindo-se como realista o módulo rural média da Zona estimado pelo INCRA em 38,4 ha, variando de 27,4 a 53,8 ha conclui-se que, aproximadamente, 80% das empresas agrícolas, em termos gerais, não tem suficiente capacidade produtiva para suportar o emprego total disponível de uma família média considerada pelo INCRA (família cuja mão-de-obra total disponível, é de, aproximadamente, 1.000 jornadas de trabalho ou 3,33 equivalente-homem).

Principais Linhas de Produção Agropecuária - A agropecuária da "Zona" apóia-se, basicamente, nas seguintes linhas de produção: arroz, milho, feijão, fumo, cana-de-açúcar, café, pecuária leiteira e de corte, além de avicultura.

Para o período 63/67, considerando-se valores médios, estas culturas apresentaram, em relação a área plantada, na "Zona", a seguinte distribuição percentual: milho, 39,78%; café, 21,79%; feijão, 14,13%; cana-de-açúcar, 7,25% (10).

Em relação ao Estado; para o mesmo período, em área plantada, a maior participação foi a da cultura do café, com 25,75%, seguida pela cultura da cana-de-açúcar, feijão e milho (10).

Os dados relativos aos valores do efetivo dos rebanhos bovino, suíno e avícola, além das quantidades físicas de produção de leite e ovos (média do biênio 66/67) mostram a importância desses produtos na "Zona" e em relação ao Estado (Tabela 3).

Amostra - Este estudo é parte de um projeto geral denominado "Alternativas de Desenvolvimento para Grupos de Baixa Renda na Agricultura Brasileira", desenvolvido por um grupo de Universidades, Insti

Tabela 3. Efetivo dos rebanhos bovino, suíno e avícola. Produção de leite e ovos. Zona da Mata e Estado de Minas Gerais. Média do biênio 66/67.

ESPECIFICAÇÃO	ESTADO	ZONA DA MATA	% SOBRE ESTADO
Bovinos (1000 cab.)	19520	1807	9,25
Suínos (1000 cab.)	9989	1227	12,28
Aves (1000 cab.)	46406	8485	18,28
Leite (10 ⁶ litros)	2205	329	14,92
Ovos (1000 dz.)	109402	19432	17,76

Fonte: (10)

tutos de pesquisas e com o apoio financeiro da EMBRAPA (3).

O levantamento de campo foi realizado, na Zona da Mata de Minas Gerais, através de entrevista direta com os produtores rurais, em julho de 1973.

Foram entrevistados, em oito municípios, pequenos proprietários, parceiros, assalariados fixos e eventuais, totalizando uma amostra de 128 informantes (Tabela 4).

Tabela 4. Composição da Amostra segundo a situação de trabalho. Zona da Mata, Minas Gerais, 1973.

SITUAÇÃO DE TRABALHO	Nº DE QUESTIONÁRIOS	%
Proprietários	33	25,8
Parceiros	34	26,6
Assalariados fixos	30	23,4
Assalariados eventuais	31	24,2
Total	128	100,0

Fonte: (3)

A definição destes grupos foi feita do seguinte modo:

a. *Pequeno Proprietário* - Produtor rural, proprietário de imóvel rural com área menor que o módulo médio da região, como definido pelo INCRA.

b. *Parceiro* - Produtor rural que explora determinada área, mantendo com o dono da mesma, arranjos de divisão de produto e/ou insumo.

Arrendatário é aquele que paga uma quantia fixa, ao proprietário, em dinheiro ou produto.

c. *Assalariado Fixo* - Foi considerado como tal o indivíduo que, morando ou não no imóvel rural, tem vínculo empregatício e/ou recebeu salário daquela propriedade por um período prolongado.

d. *Assalariado Eventual* - Inclui todo o indivíduo que foi empregado pelo proprietário e/ou parceiro, por um período de tempo relativamente curto, em geral, dias ou semanas, sem vínculo empregatício.

No caso de uma pessoa exercer mais de uma ocupação na agricultura, foi classificado pela ocupação que contribuisse com maior parte da renda na qual ela passa maior parte do tempo.

Informações sobre a atividade adicional também foram coletadas.

O esquema de amostragem adotado foi o seguinte: o primeiro, em cada área foi feita, através de sorteio, uma listagem de pequenos proprietários; segundo, procurou-se localizar, próximos aos pequenos proprietários sorteados, indivíduos componentes das demais categorias. Caso estas não existissem em localidades próximas, seriam procurados a partir de informações sobre as áreas em que poderiam ser localizados (3).

Para a análise foram utilizados os questionários referentes aos proprietários e parceiros. Verificou-se, em algumas situações, que assalariados fixos ou eventuais entrevistados eram também parceiros ou proprietários. Optou-se, nesta situação, para efeito da pesquisa, classificá-los como parceiros ou proprietários. No caso de um proprietário ser parceiro, usou-se a classificação proprietário-parceiro (Tabela 5).

Os dados, após tabulação, foram distribuídos percentualmente, segundo o sistema de posse da terra.

O nível de qualificação dos produtores abrange, segundo o sistema de posse da terra, os seguintes aspectos:

1. Escolaridade
2. Treinamentos específicos

No segundo objetivo a intenção foi a de verificar se os produtores, segundo o sistema de tenência da terra, tem procurado trabalho adicional, agrícola e não agrícola, e quais as oportunidades de conseguir este trabalho.

Tratando-se de eventos mutuamente exclusivos optou-se, na análise estatística, aplicar o teste qui-quadrado.

As análises propostas observam o princípio de que o problema não é apenas o da ocorrência de oportunidades econômicas, mas, basicamente, de tornar as oportunidades oferecidas, em função da qualificação

e aspirações do produtor rural, passíveis de serem usufruídas por essa população.

Tabela 5. Ocupação adicional de proprietários, parceiros, assalariados dos fixos e eventuais. Zona da Mata, Minas Gerais, 1973.

TIPO DE OCUPAÇÃO	PROPRIETÁRIO	PARCEIRO	ASSALARIADO		
			Fixo	Eventual	Total
Não possui ocupação adicional	48,5	32,4	76,7	61,3	59,5
Proprietário	--	--	--	--	--
Parceiro	27,3	--	20,0	32,2	19,5
Assalariado Fixo	9,1	--	--	--	2,3
Assalariado eventual	6,1	61,8	--	--	18,0
Trabalho urbano	3,0	--	--	--	0,8
Comerciante	--	2,0	--	--	0,8
Outro	3,0	2,0	--	6,5	3,1
Sem resposta	3,0	--	3,3	--	1,6

Fonte: (3)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nível de Alfabetização - O critério utilizado para determinar o nível de alfabetização dos produtores entrevistados foi estabelecido a partir da leitura, pelo produtor, de um pequeno texto, por ocasião da entrevista.

Os resultados obtidos, permitindo agrupar os produtores em alfabetizados e analfabetos, constam na Tabela 6.

A estimativa, segundo o critério utilizado, é de que 58,10% dos produtores são alfabetizados e os restantes 41,90% são analfabetos.

Por categorias, verifica-se maior concentração percentual de produtores, no grupo alfabetizados (Tabela 6). Na categoria de proprietários e parceiros a percentagem de alfabetizados é de 53,84%, respectivamente e, na de proprietário/parceiro, este percentual é de 88,88%

Entre as categorias (Tabela 7), segundo o sistema de posse da terra, no grupo alfabetizados, o maior valor percentual, é representado pela categoria parceiros, com 48,83%, seguidos por proprietários

Tabela 6. Nível de alfabetização, origem da instrução e frequência ao MOBRL, por categoria, segundo o sistema de posse da terra. Zona da Mata, Minas Gerais, 1973.

SISTEMA DE POSSE DA TERRA	TAMANHO DA AMOSTRA	PRODUTORES				ORIGEM INSTRUÇÃO DOS PRODUTORES				MOBRL				
		Alfabetizados		Analfabetos		Formal		Informal		Frequência	Não Frequência			
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%			
Proprietário	26	35,13	14	53,84	12	46,16	6	42,85	8	57,15	24	92,30	2	7,70
Parceiro	39	52,70	21	53,84	18	46,16	12	57,14	9	42,86	27	69,23	12	30,77
Prop/parceiro	9	12,17	8	88,88	1	11,12	1	12,50	7	87,50	8	88,88	1	11,12
Total	74	100,00	43	58,10	31	41,90	19	44,18	24	55,82	59	79,72	15	20,28

Tabela 7. Nível de alfabetização, origem da instrução e frequência ao MOBRL, entre categorias, segundo o sistema de posse da terra. Zona da Mata, Minas Gerais, 1973.

SISTEMA DE POSSE DA TERRA	TAMANHO DA AMOSTRA	PRODUTORES	ORIGEM INSTRUÇÃO DOS PRODUTORES	MOBRL											
				Alfabetizados		Analfabetos		Formal		Informal		Frequência		Não Frequência	
				Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Proprietário	25	35,13	14	32,55	12	38,70	6	31,57	8	33,33	24	40,67	2	13,33	
Parceiro	39	52,70	21	48,83	18	58,06	12	63,15	9	37,50	27	45,76	12	80,00	
Prop/parceiro	9	12,17	8	18,62	1	3,24	1	5,28	7	29,17	8	13,57	1	6,67	
Total	74	100,00	43	100,00	31	100,00	19	100,00	24	100,00	59	100,00	15	100,00	

rios e proprietários/parceiros com 32,55% e 18,62%, respectivamente.

Esta situação para o grupo analfabeto, observado apenas outros valores percentuais, se repete.

O teste qui-quadrado mostrou que, segundo o sistema de posse da terra, entre categorias, não ocorre diferença significativa, isto é, considerando-se as categorias, duas a duas, não é possível afirmar que uma categoria está em melhor situação que a outra.

A rigor, segundo o critério utilizado para verificação de grau de alfabetização, 81% dos produtores alfabetizados, conseguiram ler o texto teste, lentamente e com dificuldade. Os restantes 19% fizeram uma leitura rápida, alguns sem nenhuma dificuldade e, outros, com dificuldade.

Quanto a origem do aprendizado, para o grupo alfabetizado, verifica-se que 44,18% dos produtores entrevistados frequentaram a escola e 55,82%, correspondendo ao maior percentual, obtiveram instrução em fontes informais (Tabela 6).

O nível de escolaridade, em relação a instrução formal, corresponde, no máximo, à frequência ao segundo ano primário completo ou terceiro ano incompleto e, como fontes de instrução informal foram citados, basicamente, familiares.

Percentualmente, por categorias, excluindo-se parceiros, a instrução informal é a que agrupa maior número de produtores.

Entre as categorias, tanto para aprendizado formal como informal, parceiros apresentam os maiores índices percentuais, seguidos de proprietários/parceiros.

Objetivando verificar o comportamento atual dos produtores rurais entrevistados quanto à necessidade de se capacitarem e aceitam os programas governamentais oferecidos, foi quantificado, sobre a amostra, o número de participantes no Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Sobre o número total de produtores entrevistados 79,72% frequentaram cursos de alfabetização do MOBRAL, sendo proprietários, por categorias, a mais expressiva, com 92,30% (Tabela 6).

Entre as categorias, parceiros, para o grupo que frequenta cursos do MOBRAL, apresentam o maior índice percentual (Tabela 7).

Esta situação, para o grupo que não frequenta, repete-se.

Os resultados obtidos, para o grupo pesquisado, em 1973, na Zona da Mata, permitem além de algumas conclusões, comparações com resultados obtidos em outras pesquisas.

No grupo alfabetizados, os parceiros, entre as categorias, constituem a categoria mais expressiva, percentualmente. Esta situação decorre, possivelmente, por ser o grupo, quanto à origem da instrução, que apresentam maiores índices de frequência à escola e aprendizado informal. É possível, também, que a frequência a programas do MOBRAL, onde parceiros, segundo o sistema de posse da terra, consti

tuem a categoria mais expressiva, explique os resultados obtidos.

Resultados obtidos por GARCIA (4), analisando aspectos vinculados a alocação de recursos por proprietários e parceiros, para esse mesmo grupo populacional, na Zona da Mata, indicam que parceiros se mostram economicamente mais eficientes. Como todos tem a mesma eficiência-preço, segundo GARCIA (4), pode-se crer que a diferença se deva a uma melhor técnica utilizada pelos parceiros, de forma que conseguem maior quantidade de produto por fatores de produção utilizados.

Possivelmente, os resultados encontrados na presente pesquisa, quanto ao grau de alfabetização dos produtores, constitui variável de certa importância que contribua para uma melhor explicação das conclusões obtidas por GARCIA (4).

Outro aspecto a ser considerado e que merece maiores investigações é o relativo a origem e grau de aspirações desses produtores.

Suas motivações em função da origem, aspirações e, do sistema de posse da terra, podem ser distintos, e daí, talvez, as razões para que parceiros, entre as categorias, apresentem os maiores índices de desempenho quanto à leitura do texto teste.

Em 1974, segundo dados do IBGE (6), 43,84% da população rural masculina brasileira, com idade superior a 15 anos, foi considerada como alfabetizada e os restantes 56,17%, como analfabetos.

Pesquisa efetivada por CHACEL (2), em 1975, segundo citação da revista VEJA, conclui que de 13,8 milhões de pessoas dedicadas à agricultura no Brasil, 6 milhões, ou seja, 43,66% são analfabetos e 54,34%, aproximadamente, correspondendo a 7,5 milhões, considera dos alfabetizados, não possuem curso primário completo.

Comparando-se os resultados do censo de 1974 e da pesquisa desenvolvida por CHACEL (2), com os resultados, sobre a amostra, obtidos para a Zona da Mata, conclui-se que esta em valores percentuais, situa-se pouco acima da média.

A taxa de analfabetos, segundo a UNESCO (9), considerando a população rural acima dos quinze anos, em 1954, era de 13,6% para a Argentina; 19,9% para o Chile; 17,3% para a Espanha; 2,5% para os Estados Unidos e 50,6% para o Brasil. Verifica-se que, na época e segundo os critérios utilizados, o Brasil era o país que apresentava o maior índice percentual de analfabetos.

Em 1974, o percentual de analfabetos estimado pelo IBGE (6), cresceu, em relação ao estimado pela UNESCO (9), para 1954, em 6,17%.

A comparação dos valores citados para o Brasil, em 1954 e 1974, e os obtidos para a Zona, em 1973, em relação a outros países, supondo ter sido mantida a mesma taxa de analfabetos e não se considerando aspectos vinculados a crescimento demográfico, parece indicar um baixo nível de alfabetização da população rural brasileira e, conse

quentemente, do rurícola da Zona da Mata.

Os fatores responsáveis pelo baixo nível de alfabetização e instrução da população rural brasileira, podem estar vinculadas as seguintes causas:

1. Carência de escolas.
2. Má distribuição geográfica das escolas existentes.
3. Ensino inadequado.
4. Mudança de atividade, ou seja, abandono de frequência à escola para dedicar-se à atividade agrícola.

Possivelmente, estes fatores tenham contribuído, na Zona da Mata, para um índice percentual de, apenas, 24,32% de produtores, sobre a amostra, beneficiados pela instrução formal.

O grau de escolaridade, representado por frequência até o terceiro ano primário incompleto, no máximo, para esse grupo, pode ser um fator que dificulta a leitura do texto teste. Esta situação provavelmente agrava-se devido ao fato de que os produtores se dedicaram, após o abandono da escola, exclusivamente a atividades onde não ocorrem maiores exigências quanto a saber ler e escrever. Uma outra situação a ser considerada, objetivando justificar a dificuldade de leitura do texto teste, é a falta de interesse dos produtores em se capacitarem face as suas próprias aspirações.

Estas duas últimas situações, podem ser aceitas, para o grupo alfabetizado, cuja instrução teve origem em fontes informais. Normalmente as pessoas que recebem este tipo de instrução limitam-se a aprender as primeiras letras e/ou a escrever o próprio nome.

A frequência ao curso mantido pelo MOBRAL, por 79,72% dos produtores, na época de pesquisa, sugere, por um lado, uma possível melhoria no nível de leitura do grupo alfabetizado, e, por outro a inclusão de novos elementos nesse grupo.

A importância da alfabetização, para esse grupo da população rural, assume significado muito especial. Devido ao sistema de posse da terra, em algumas situações e, ao tamanho dos imóveis rurais, em outras, a expectativa para obtenção de um melhor nível de renda, por parte dos produtores, deve estar, possivelmente, vinculadas a programas institucionais, específicos para o meio rural ou a programa de realocação e aproveitamento dessa mão-de-obra em atividade vinculada ao meio urbano. Parece em qualquer das situações, considerando-se apenas o nível de alfabetização dos produtores, que os mesmos não são tão satisfatoriamente capacitados para se valerem das possíveis oportunidades existentes ou a serem criadas.

Treinamento Agrícola - O treinamento em atividades específicas, agrícolas ou não agrícola é um indicador que permite estimar, além da qualificação e habilidade de uma população rural, sua potencialidade para participar e/ou ser envolvida em programas de desenvolvi

mento.

Os resultados obtidos na pesquisa revelam que os produtores entrevistados não tiveram nenhum treinamento orientado para alguma profissão ou atividade não agrícola.

Obteve-se também outro resultado bastante significativo que, associado ao anterior, permite retratar o nível de qualificação dos produtores. Os produtores que opinaram favoravelmente a ocorrência de mais trabalho adicional não agrícola, julgaram-se capacitados para o exercício de atividades de serventes.

Associando-se as duas situações, ou seja, a falta de treinamento em atividades não agrícolas e a função para o qual o produtor julga haver possibilidade de emprego ou está apto a exercer, é razoável sugerir que essa mão-de-obra não seja qualificada.

Apenas 5,44% dos produtores entrevistados foram beneficiados com cursos rápidos de orientação em atividades agrícolas (Tabela 8).

Este pequeno grupo é constituído por produtores alfabetizados, cuja instrução teve origem formal.

Por categorias, o índice percentual de não treinados, é maior que a de treinados, sendo proprietários/parceiros os que apresentam maior índice de frequência a cursos de treinamento. É interessante frisar que o percentual de 22,23% de produtores, com cursos rápidos de treinamento agrícola, na categoria proprietários/parceiros, correspondem a dois elementos.

Entre as categorias, segundo o sistema de posse da terra, no grupo de produtores com frequência a cursos rápidos de treinamento, a distribuição percentual observada indica que 25% dos proprietários e parceiros receberam algum treinamento. Já, para proprietários/parceiros, este índice percentual é de 50%.

Para o grupo "não treinado", os parceiros, com 54,29%, apresentam o maior índice, seguidos por proprietários, com 35,71% e proprietários/parceiros, com 10,00% (Tabela 8).

A situação talvez seja melhor visualizada observando-se a distribuição percentual das três categorias sobre o número total de entrevistados e não, segundo o grupo ao qual pertencem (Tabela 9).

Os resultados indicam que, segundo o sistema de posse de terra, apenas, 1,32% dos proprietários e parceiros, respectivamente, sobre o total da amostra, receberam algum treinamento. Para proprietários/parceiros este percentual é de 2,64% (Tabela 9). Isto permite sugerir que, praticamente não há treinamento.

Uma análise, objetivando estimar a qualificação da mão-de-obra da população que constitui a amostra, deve envolver, também, aspectos vinculados à tradição agrícola.

Apesar de não se dispor de dados que permitam avaliar "tradição agrícola", supõe-se que alguns desses agricultores apenas herdaram

Tabela 8. Treinamento em atividades agrícolas, por categoria e entre as categorias, segundo sistema de posse da terra. Zona da Mata, Minas Gerais, 1973.

SISTEMA DE POSSE DA TERRA	TAMANHO DA AMOSTRA		PRODUTORES					
	Nº	%	Treinados		Não Treinados		Nº	%
			§ (1)	§ (2)	§ (1)	§ (2)		
Proprietários	26	35,13	1	3,85	25,00	25	96,15	35,71
Parceiros	39	52,70	1	2,57	25,00	38	97,43	54,29
Prop./parceiros	9	12,17	2	22,23	50,00	7	77,77	10,00
Total	74	100,00	4	5,44	100,00	70	94,56	100,00

§ (1): Por categoria

§ (2): Entre as categorias

Tabela 9. Treinamento em atividades agrícolas, em relação a população amostral, segundo o sistema de posse da terra. Zona da Mata, Minas Gerais, 1973.

SISTEMA DA TERRA	DE POSSE	TAMANHO DA		PRODUTORES			
		AMOSTRA		Treinados		Não Treinados	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Proprietários		26	35,13	1	1,32	25	33,78
Parceiros		39	52,70	1	1,32	38	51,35
Prop/parceiros		9	12,17	2	2,64	7	9,34
Total		74	100,00	4	--	70	--

seus antepassados o exercício de uma técnica rotineira não evoluíva.

Outros se mantêm na atividade agrícola por falta, possivelmente, de outra alternativa. O próprio tamanho da área explorada, para alguns, e o sistema de tenência da terra, para outros, talvez não se constitua em um incentivo para a capacitação. O fato importante a ser considerado em termos práticos, é que se prende a fazer, fazendo. Estes aspectos, possivelmente, devem contribuir para limitar a capacidade criativa dos produtores e, conseqüentemente melhorar ou elevar o nível de qualificação.

Outros estudos, que no momento estão sendo desenvolvidos por estudantes do Curso de Pós-Graduação em Economia Rural, da Universidade Federal de Viçosa (MG), mostram em seus resultados preliminares, que o nível de tecnologia adotado por esse grupo é bastante rudimentar, constituindo-se mais em uma exploração de recursos naturais.

Os resultados obtidos para o nível de alfabetização, treinamento em atividades agrícolas (apesar de não se possuir um parâmetro comparativo para esse item) e tecnologia adotada pelos produtores, insinuam que o nível de qualificação dos mesmos não é satisfatório, ou, de outra forma, que se trata de um grupo cuja mão-de-obra não é, suficientemente, qualificada.

Disponibilidade de Trabalho - Foram formuladas perguntas no sentido de verificar se os produtores tem procurado trabalho adicional e, na opinião deles, quais as possibilidades de ocorrência de empregos adicionais.

Os resultados obtidos, relativos a disponibilidade de trabalho não agrícola e agrícola, consta nas Tabelas 10 e 11, respectivamente, sendo apresentados e discutidos nos itens que se seguem.

Tabela 10. Disponibilidade de trabalho não agrícola adicional, por categoria e segundo o sistema de posse de terra. Zona da Mata, Minas Gerais, 1973.

SISTEMA DE POSSE DE TERRA	TAMANHO DA AMOSTRA DE DESEMPREGADOS	TEM PROCURADO EMPREGO ADICIONAL				HÁ OPORTUNIDADE DE EMPREGO ADICIONAL								
		Sim	% (1)	% (2)	Não	% (1)	% (2)	Sim	% (1)	% (2)	Não	% (1)	% (2)	
Proprietário	26	35,13	10	38,46	66,66	16	61,54	27,11	7	26,92	31,81	19	73,08	36,53
Parcelero	39	52,70	4	10,25	26,66	35	89,75	59,32	12	30,76	54,54	27	69,24	51,92
Prop/Parcelero	9	12,17	1	11,11	6,68	8	88,89	13,57	3	33,33	13,65	6	66,67	11,55
Total	74	100,00	15	20,27	100,00	59	79,73	100,00	22	29,72	100,00	52	70,28	100,00

% (1) : Por categoria

% (2) : Segundo o sistema de posse de terra.

Tabela 11. Disponibilidade de trabalho agrícola adicional, por categoria e segundo o sistema de posse de terra.

Zona da Mata, Minas Gerais, 1973.

SISTEMA DE POSSE DA TERRA	TAMANHO DA AMOSTRA	TEM PROCURADO EMPREGO ADICIONAL				HÁ OPORTUNIDADE DE EMPREGO ADICIONAL								
		Sim	% (1)	% (2)	Não	% (1)	% (2)	Sim	% (1)	% (2)	Não	% (1)	% (2)	
Proprietários	26	35,13	6	23,07	33,33	19	73,07	34,54	10	38,46	30,30	14	53,84	35,89
Parceleros	39	52,70	11	28,20	61,11	28	71,80	50,90	18	46,15	54,54	21	53,85	53,84
Prop/Parceleros	9	12,17	1	11,11	5,56	8	88,89	14,56	5	55,55	15,16	4	44,45	10,27
Total	74	100,00	18	24,32	100,00	55	74,32	100,00	33	44,59	100,00	39	52,70	100,00

% (1) : Por categoria

% (2) : Segundo o sistema de posse de terra

Disponibilidade de Trabalho Não Agrícola Adicional - Um percentual de 20,27% dos produtores entrevistados procuraram outras atividades adicionais, a título de emprego. Os restantes 79,73% componentes da amostra, conforme resultado obtido, não procuraram nenhuma atividade adicional (Tabela 10).

Por categorias, proprietários são os que mais se destacam, percentualmente, na procura de empregos adicionais e, de forma geral, o número de produtores que não tem procurado emprego adicional supera o número daqueles que tem procurado.

Entre as categorias, segundo o sistema de posse da terra, a distribuição percentual observada, para o grupo que tem procurado atividades adicionais, é a seguinte: proprietários, com 66,66%; parceiros, com 26,66%; proprietários/parceiros, com 6,68%.

Observou-se, pela aplicação do teste qui-quadrado, diferença estatística significativa, ao nível de 1% de probabilidade, entre as categorias, isto é, segundo o sistema de posse da terra, para a procura de empregos adicionais.

Parceiros, contrariando expectativas, não constituem, percentualmente, a categoria mais expressiva na busca de empregos alternativos.

A tenência da terra deveria, possivelmente, constituir variável importante para que esse grupo procurasse outras alternativas.

É possível, face ao tipo de emprego disponível, o de servente, citado pela maioria dos entrevistados, que não ocorra um interesse maior ou que o nível de alfabetização e treinamento desestimule a procura de outras alternativas.

Um total de 52 produtores, correspondendo a 70,28% da amostra manifestaram-se contrários as oportunidades de ocorrência de empregos adicionais fora da agricultura e, 29,72%, julgaram existir possibilidades (Tabela 10).

Por ordem, em valores percentuais, entre as categorias, no grupo que julga haver oportunidade de trabalho adicional, parceiros apresentam o maior índice, seguidos por proprietários e proprietários/parceiros. Esta situação se repete para o grupo que julga não haver oportunidades de empregos adicionais. Não ocorre, segundo o sistema de posse da terra, diferença significativa entre as categorias, conforme valor calculado do qui-quadrado.

Por categorias, verifica-se que o número de produtores contrários a existência de oportunidades supera aqueles que se manifestaram favoravelmente.

A rigor, não se pode estabelecer nenhuma relação entre procura e ocorrência, segundo a opinião dos produtores, de trabalho adicional.

Um percentual de 79,73% dos produtores não tem procurado emprego adicional e, paralelamente, 70,28% dos entrevistados opinaram contrariamente quanto a ocorrência de oportunidades adicionais.

Algumas especulações podem ser feitas em função dos resultados obtidos. Os produtores não tem procurado trabalho adicional por esta rem satisfeitos com a situação atual, quando comparadas com as de mais oportunidades. Os produtores acreditam que não existe oportuni de de empregos adicionais em função de informações recebidas de ou tros elementos, pertencentes ao grupo, que não tiveram sucesso na procura de outras atividades. Uma terceira alternativa é a de que os produtores não se julgam capacitados para satisfazer as exigências de outras oportunidades existentes.

Disponibilidade de Trabalho Agrícola Adicional - Os resultados obtidos, indicam que 24,32% dos produtores entrevistados tem buscado emprego em outras atividades adicionais e que os restantes 55, cor respondendo a 74,32%, não tem procurado emprego em atividades adicio nais (Tabela 11).

Por categoria, observa-se que o número de produtores que tem busca do atividades adicionais é superado, com uma boa margem, por aque les que não tem procurado emprego adicional.

Entre as categorias, observando-se o sistema de posse da terra para o grupo que tem procurado atividades adicionais, os resultados confirmam possíveis expectativas. Parceiros, correspondendo a 61,11% do grupo, são os que mais tem procurado emprego adicional.

O resultado encontrado deve decorrer da própria situação de pos se da terra.

Outra informação obtida e bastante interessante é a de que 90% dos produtores que procuraram atividades adicionais, indicaram estas como sendo a de parceiros e diaristas. A justificativa mais simples para ter ocorrido esta indicação, observando-se que na "Zona" predo minam minifúndios, é de que o preço da terra é bastante elevado, li mitando as possíveis aspirações de propriedade de um imóvel rural.

Segundo o sistema de posse da terra observa-se, ainda, para o grupo que não tem procurado emprego adicional, um maior percentual para a categoria parceiros.

O teste qui-quadrado não revelou, conforme valor calculado, dife rença significativa, entre as categorias, para procura e disponibili dade de emprego agrícola adicional.

A opinião dos produtores entrevistados, quanto as possibilidades de existência de empregos alternativos mostra que, 44,59% dos produ tores julgam ocorrer oportunidades e 52,70%, constituindo maioria, não julgam existir oportunidades (Tabela 11).

Excluindo-se proprietários/parceiros, por categoria, repete-se a situação anterior.

Segundo o sistema de posse da terra, quanto as possibilidades de empregos adicionais, para o grupo que responde afirmativamente, par

ceiros constituem a categoria mais expressiva, seguida por proprietários e proprietários/parceiros.

Os resultados, observados outros valores percentuais, voltam a se repetir, para o grupo que julga não ocorrer oportunidade de empregos adicionais (Tabela 11).

Observa-se, por categoria, que não existe uma certa coincidência entre procura de emprego adicional e opiniões sobre possibilidades de ocorrência desses empregos adicionais.

O percentual de produtores proprietários, sobre um total de 26 que tem procurado emprego adicional é de 23,07%, enquanto que a percentagem daqueles que julgam haver possibilidades é de 38,46%.

Para proprietários/parceiros a percentagem daqueles que opinaram favoravelmente quanto a ocorrência de empregos adicionais supera o percentual dos que, efetivamente, tem procurado emprego.

Para essas duas categorias justifica-se um menor percentual de procura por empregos adicionais, devido ao sistema de posse da terra em relação aos parceiros. Outro aspecto é o de que, possivelmente, precisem contratar mão-de-obra extra nos períodos de safra, o que justifica o acréscimo percentual entre procura e opinião favorável quanto a ocorrência de empregos alternativos. Para parceiros observa-se que, apenas, 28,20% dos componentes da categoria tem procurado emprego adicional e 46,15% opinara, favoravelmente a ocorrência de oportunidades.

Este resultado, apesar de 71,80% dos parceiros não terem procura do emprego adicional, deve estar vinculado aos tipos de empregos adicionais possíveis. Na opinião dos parceiros os empregos disponíveis são os de parceiros e diaristas.

As justificativas, por categoria, para um maior percentual de produtores que não tem procurado emprego adicional e que opinaram contrariamente a ocorrência de possibilidades, pode se devido a:

1. Estarem satisfeitos com a situação atual, quando comparadas a outras (aspirações e riscos).
2. Informações que circulam no próprio grupo quanto a falta ou dificuldade de obtenção de empregos adicionais, desestimulando os produtores a procurarem empregos e, conseqüentemente, aceitarem a idéia que existem oportunidades.

Na categoria de proprietários/parceiros observa-se maior percentual dos que julgam haver possibilidades sobre os que emitiram opinião contrária. Isto deve decorrer do fato de proprietários/parceiros explorarem, geralmente, dois imóveis rurais não contínuos.

Apesar de serem minifúndios, superam, em área explorada, os imóveis rurais das demais categorias, exigindo, possivelmente, maior quantidade de mão-de-obra. Como a formulação da pergunta foi feita no sentido de refletir a opinião do produtor, a resposta traduz uma

necessidade sentida.

CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Não foram observadas diferenças estatísticas significativas quanto à variável alfabetização, segundo o sistema de posse da terra, entre as categorias. A situação observada, para o grupo amostral, é consistente com a realidade, pois possivelmente, estes produtos tenham a mesma origem sócio-econômica.

Não se possui, para treinamentos, um parâmetro comparativo. O índice encontrado faz supor, entretanto, que a situação não é satisfatória.

O conjunto de resultados, para alfabetização e treinamento, sugere tratar-se de um grupo, cuja mão-de-obra não é qualificada ou de outra forma, de um grupo não apto para se valer de possíveis oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho.

Os resultados obtidos indicam a necessidade de adoção de uma política específica para esse grupo de produtores, que deve preocupar-se com os seguintes aspectos:

1. Gradual extinção do analfabetismo, através da intensificação de programas formais e informais, atingindo o produtor e sua família. Treinamentos específicos na área agrícola, o que irá se refletir em uma mão-de-obra mais capacitada. Esta mão-de-obra poderá fazer um melhor uso dos recursos, quando desenvolver atividades próprias, ou poderá competir no mercado de trabalho. Paralelamente um treinamento em atividades não agrícolas, possibilitando aos que não querem permanecer no meio rural ou que julgam que as atividades oferecidas pelo meio urbano sejam mais compensadoras, se valerem de possíveis alternativas existentes.

2. Programas específicos de assistência técnica ou extensão rural que transfiram a esses produtores determinadas técnicas usadas de mão-de-obra e que possibilitem um aumento da produtividade agrícola.

Essas técnicas, utilizando os recursos disponíveis, são representadas por um melhor preparo do terreno, densidades de semeadura adequadas, limpeza de terreno e colheita em épocas oportunas. Esses, para este tipo de agricultura, são considerados os passos mais importantes. O uso de tecnologias mais avançadas, para esse grupo da população rural, muitas vezes não é recomendada, pois essas tecnologias são liberadoras de mão-de-obra, contribuindo para a ocorrência de migrações.

O aumento de produtividade agrícola com conseqüente aumento da produtividade da mão-de-obra rural, através da introdução destas técnicas

nicas usadoras de mão-de-obra, possibilitarão, passo a passo, adoção de tecnologias mais modernas. A medida, entretanto, dada a disparidade de renda entre esses grupos e os demais, é uma solução parcial.

É interessante observar que qualquer programa para esse grupo, objetivando maior produtividade da mão-de-obra, encontrará, sempre, dois obstáculos: tamanho do imóvel rural ou sistema de posse da terra.

LITERATURA CITADA

1. CARVALHO, M. V. - *Estudo empírico do subemprego de mão-de-obra rural no Estado do Espírito Santo*. Viçosa, UFV, Imprensa Universitária, 1973, 87 p. (Tese MS).
2. CHACEL, J. - *Educação no Brasil*. Veja, São Paulo, 2(235):28-40, 1975.
3. EMBRAPA - *Alternativas de desenvolvimento para grupos de baixa renda na agricultura brasileira*. Brasília, /s.n.t./ (diagnóstico - versão preliminar. Mimeografado).
4. GARCIA, J. C. - *Análise da adoção de recursos por proprietários e parceiros em áreas de agricultura de subsistência*. Viçosa, UFV, Imprensa Universitária, 1975. 56 p. (Tese MS).
5. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - *Censo demográfico, Minas Gerais*. Rio de Janeiro, 1973. 675 p.
6. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - *Censo demográfico, Brasil*. Rio de Janeiro, 1974. 850 p.
7. PANAGIDES, S. S. - *Análise econômica e política agrícola - redistribuição de mão-de-obra*. In: REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMISTAS RURAIS. VII. Piracicaba. 1969, *Anais...* Piracicaba, SOBER, 1969. p. 108-137.
8. QUINTANA, F. A. da C. - *Análise do emprego de mão-de-obra na agricultura de subsistência*. Viçosa, UFV, Imprensa Universitária, 1976. 84 p. (Tese MS).
9. UNESCO - *L'education dans le monde II*. In: _____ . *L'en-seignement du premier degré*. Paris, 1960. 1445 p.
10. UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - *Diagnóstico econômico da Zona da Mata de Minas Gerais*. Viçosa, Imprensa Universitária, 1971. 312 p.
11. YOUMANS, R. - *An empirical study of the agricultural labor market in a developing country, Brazil*. W. Lafayette, Purdue University, 1970. 330 p. (Tese Ph.D.).